
Editorial

CÂNCER E ESCOLAS MÉDICAS

DJALMA DE OLIVEIRA

Prof. Assistente da Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco

A importância médico-social do câncer ultrapassou os limites da Saúde Pública. Constituindo-se hoje assunto de interesse universal do ponto de vista científico e social, propicia igualmente certos aspectos negativos que transfiguram sua existência como DOENÇA. Torna-se objeto de campanhas de atemorização, alimenta com fins não muito precisos a publicidade leiga, e não raro, tem invertida a sua imagem pelo desconhecimento do assunto, em grande parte da população menos avisada.

O atual Ministro da Educação está firmemente empenhado na reformulação do Ensino Médico, sabedor e convicto do declínio qualitativo decorrente da desordenada avalanche no surgimento de Escolas Médicas no País. Luta-se agora para se restabelecer a verdade dentro de nossos organismos universitários, e vai ser preciso muito tempo e trabalho, para se fazer ressurgir a quase utópica, porém desejável harmonia entre a filosofia de MAIS MÉDICOS, porém BONS MÉDICOS. Da forma como estão as coisas, e com base na medicina previdenciária que se pratica, o futuro científico da mocidade médica é bastante sombrio.

No que diz respeito à Cancerologia, pela internacionalidade do problema; por seus múltiplos aspectos médico-sociais; pela elevada e crescente incidência, revelada na fidelidade dos Registros de Câncer; pela altíssima mortalidade e pelas características que oferece em certas formas, de prevenção, detecção e educação sanitária, somos de opinião que deveria ser incluída nos currículos universitários das Escolas Médicas. Com isto, apenas lembramos os ideais do Prof. Antonio Prudente — inesquecível na medicina brasileira — e ultimamente revitalizados em dever cívico pelos Prof. José Ramos Jr. de São Paulo e Prof. João Sampaio Góes Jr., Diretor da Divisão Nacional de Câncer do Ministério da Saúde.

Somos favoráveis a um "ensino formativo", isto é, onde o aluno "veja", "sinta" e "participe" das noções gerais do problema, originado e orientado por um processo de COORDENAÇÃO entre as várias clínicas, pela impossibilidade de um professor ensinar, prática e objetivamente, todos os aspectos da clínica e tratamento dos tumores malignos. No pós-graduação, aí sim, teríamos a atualização, a especialização e a conseqüente formação de docentes e pesquisadores. Esta a síntese para uma aplicação justa e exequível de uma nova mentalidade na difusão dos conhecimentos, em Oncologia, isto é, no estudo dos tumores.

No âmbito da União Internacional Contra o Câncer, através do Comitê de Educação Profissional, foi feito um inquérito sobre Ensino de Cancerologia em vários países. Em 1959, entre 184 Escolas Médicas consultadas, 13 mantinham a disciplina de Oncologia Clínica. Em 1968, este número já se elevava para 84, e neste mesmo ano, 292 Escolas já haviam dado decisões favoráveis para a objetivação do Ensino de Cancerologia nos seus currículos, concluindo-se facilmente pelo interesse nos resultados obtidos na prática médica, pelo incremento em bases de COORDENAÇÃO do ensino de Cancerologia.

Muito mais que uma atitude universitária, é uma necessidade, transmitir-se conhecimentos imprescindíveis e reais, para um melhor apoio na vida prática do futuro médico. Além do mais, isto trará como resultado, a substituição de uma mentalidade erroneamente formada em torno da incurabilidade do câncer, difundida largamente e com sérios prejuízos para a família brasileira.

No Recife, na Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco, figura o Ensino de Cancerologia como parte integrante de seus programas. É preciso, agora, ajustar e atualizar os métodos de ensino da Oncologia, ao momento e às necessidades universitárias. Outras Escolas, mais adiante, haverão de reconhecer a validade destes argumentos, e então teremos realmente alicerçada uma imagem científica, ética e sem os condenáveis surtos emocionais e publicitários do câncer.